



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO N.º ____/2012

Publicado no D.O.U.
Dia: ____ / ____ /201__
Página: ____
Seção: ____ 03 ____

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SUA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA CONSULTOC – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA-ME.

PROCESSO N° 02000.001976/2012-77

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei n. 10.683/03 e Decreto 6.101/2007, com sede em Brasília - DF, situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco B, inscrito no CNPJ sob o n. 37.115.375/0002-98, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Substituto **HÉLIO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o n°. 245.565.801-53, portador do RG n°. 13468/CRC/DF, nomeado pela Portaria n°. 330 da Ministra de Estado do Meio Ambiente, publicada na seção 2, do DOU, de 25 de agosto de 2011, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CONSULTOC – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA-ME**, estabelecida na Rua Bartolomeu Bueno 220 – Jardim Alvorada – CEP: 17700-000 , CNPJ n° 06.952.344/0001-87, doravante designada apenas **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Diretor Administrativo, **GILBERTO EZEQUIEL DA SILVA**, RG n° 9.339.348-9 e CPF n° 017.627.818-40, tendo em vista o que consta do Processo acima epigrafado e em observância ao dispositivo da Lei n° 10.520, de 2002, Lei n° 8.666, de 1993, suas alterações e demais legislação aplicável, **RESOLVEM** celebrar este Contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de *clipping* eletrônico diário, constituído por matérias internacionais, nacionais e regionais de mídia impressa (jornais e revistas), *web* (sítios e *blogs*) e eletrônica (TV e rádio), com rastreamento durante 24 (vinte e quatro) horas das notícias publicadas/veiculadas direta ou indiretamente sobre meio ambiente e seus diferentes aspectos, nas esferas federal, estadual, municipal e regional ou outras do interesse do **CONTRATANTE**.

- Item 1: Matérias internacionais, nacionais e regionais de mídia impressa (jornais e revistas)
- Item 2: Matérias internacionais, nacionais e regionais de WEB (sítios e blogs)

- Item 3: Matérias internacionais, nacionais e regionais de mídia eletrônica (TV e rádio)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 2.1.** Os serviços serão executados sob o regime de execução indireta mediante empreitada por menor preço global, conforme inciso II, alínea a, art. 10 da Lei 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1.** Os serviços de que tratam o presente Contrato compreendem aqueles descritos nos itens 5 e 6 do Termo de Referência e seus anexos.

- 3.2.** Os serviços serão entregues no seguinte endereço:

Ministério do Meio Ambiente

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, sala 541

70068-901 Brasília – DF

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1.** O valor do presente Contrato está estimado em:

4.1.1. Valor Mensal **R\$ 2.261,66 (dois mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos).**

4.1.2. Valor Anual **R\$ 27.140,00(vinte e sete mil, cento e quarenta reais).**

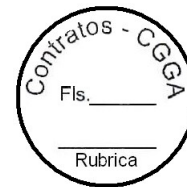
5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- 5.1.** A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ 678,50 (seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 2,5 % (dois vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato, devendo ser renovado anualmente e complementado no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

- 5.2.** O **CONTRATANTE** fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

- 5.3.** A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas e/ou indenização por prejuízos provocados pelos empregados da **CONTRATADA**, depois de esgotado o prazo recursal.

- 5.4.** A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**.



5.5. A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução do objeto deste Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação serão atendidas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União par o exercício de 2013, na classificação abaixo:

Unidade/Gestão: **440001**

Fonte: **0100**

Programa de Trabalho: **18122212420000001**

Plano Interno: **MANUT-SPOA**

Natureza de Despesa: **33.90.39**

Nota de Empenho: **2013NE800065**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **a partir de 23 de fevereiro de 2013**, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo nº 02000.001976/2012-77, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a) Termo de Referência.
- b) Edital de Pregão nº 27/2012.
- c) Proposta final firmada da **CONTRATADA**, datada de 27/12/2012.

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação de Fatura ou Nota Fiscal dos serviços executados no mês anterior, atestada pelo representante da Administração.

9.2. O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, através de Ordem Bancária, no Banco do Brasil, Agência 0439-1, conta-corrente nº 18.979-0, cidade Oswaldo Cruz-SP.

9.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão restituídos à **CONTRATADA** para as devidas correções, não respondendo o **CONTRATANTE** por encargos resultantes de atrasos na liquidação desses pagamentos.

- 9.4.** Caso o **CONTRATANTE** constate irregularidade na situação da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) antes do pagamento, este não será suspenso, mas a **CONTRATADA** ficará obrigada a providenciar, no **prazo de 20 (vinte) dias**, a sua regularização, sob pena de rescisão do Contrato, em cumprimento ao Parecer PGFN/CJU Nº 401/2000, de 24/03/2000.
- 9.5.** O **CONTRATANTE** não efetuará o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com as especificações dispostas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato.
- 9.6.** O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.
- 9.7.** A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovação de quitação, quando for o caso, dos impostos, taxas e demais encargos que incidam sobre os pagamentos resultantes da prestação de serviço, quando solicitados.
- 9.8.** O **CONTRATANTE** não efetuará o pagamento se os dados constantes na Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da **CONTRATADA**.
- 9.9.** Para efeito de pagamento, serão consideradas as quantidades efetivamente fornecidas.
- 9.10.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP**, onde:
EM = Encargos moratórios;
I = TX/365 = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6 %;
N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Comunicar imediatamente, por intermédio do representante da Administração, toda e qualquer irregularidade, dificuldade ou anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução do Contrato.
- 10.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 10.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado.
- 10.4.** Substituir, se assim determinado pelo **CONTRATANTE**, às suas expensas, o objeto ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas e defeitos, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação emitida pelo representante da Administração.



- 10.5.** Acatar todas as orientações do **CONTRATANTE**, por intermédio do representante da Administração, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 10.6.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do **CONTRATANTE**.
- 10.7.** Fornecer fielmente os serviços solicitados, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do **CONTRATANTE**.
- 10.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo referentes à execução do Contrato.
- 10.9.** Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do serviço contratado, despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações, inclusive impostos, seguros, salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como todos os benefícios previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras relativas a pessoal, para o exercício da atividade objeto deste Contrato, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 10.10.** Fazer e refazer serviços, quando eles apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais ao **CONTRATANTE**.
- 10.11.** Não deixar de fazer serviço contratado por alegação de falta de equipamento ou ferramenta de trabalho.
- 10.12.** Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo sanar as falhas eventuais.
- 10.13.** Executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução do objeto deste Contrato.
- 10.14.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente da não observância das condições pactuadas, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**.
- 10.15.** Indicar formalmente um Preposto que tenha capacidade gerencial, com a missão de garantir a adequada execução deste Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei 8.666/93, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.
- 10.16.** fornecer os dados do Preposto, bem como do(s) responsável(is) pela edição diária dos serviços, constando o nome, telefones de contato (fixo e celular disponível 24h) e e-mail.
- 10.17.** Cumprir fielmente as exigências estipuladas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Relacionar-se com a **CONTRATADA**, exclusivamente, por meio do servidor especialmente designado como representante da Administração.

- 11.2. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.
- 11.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à **CONTRATADA**, após o cumprimento das formalidades legais.
- 11.4. Fornecer à **CONTRATADA**, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.
- 11.5. Aplicar sanções ou rescindir o Contrato, no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.
- 11.6. Efetuar, por meio do representante especialmente designado, a fiscalização e acompanhamento da execução deste Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.
- 11.7. Por meio de seu representante especialmente designado, promover a elaboração de relatório mensal sobre a execução deste Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

- 12.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste Contrato, bem como erro ou mora na execução, garantida prévia defesa, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando deixar de atender qualquer indicação aqui constante.

II - Multa:

a) **1% (um por cento)** por dia de atraso, no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total, correspondente ao período de 30 (trinta) dias.

a1) A multa será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

b) **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, motivado por culpa da **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, sem prejuízo de indenização dos prejuízos porventura causados ao **CONTRATANTE** pela não execução parcial ou total do Contrato.

III. Suspensão temporária, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos, de participação em licitações e impedimento de contratar com o **UNIÃO**, nesse período;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

- 12.2.** A aplicação da sanção estabelecida no Inciso IV é da competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 12.3.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.
- 12.4.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 12.1, poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no inciso II.
- 12.5.** As sanções impostas somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, devidamente demonstradas e justificadas por escrito, com fundamento em fatos reais comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, e formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato pela Administração.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS

- 13.1.** É admissível recurso aos atos do **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data respectiva ciência, conforme o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

- 14.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
- 14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3.** A rescisão do Contrato poderá ser:
- a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.
 - b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao Contrato, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; e
 - c) judicial, nos termos da legislação.
- 14.4.** A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 14.5.** De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.
- 14.6.** A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

a) A execução da garantia contratual para ressarcimento, à **CONTRATANTE**, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Este Contrato poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, obedecidos os termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

16.1 No interesse do **CONTRATANTE**, o valor deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme disposto nos § 1º e § 2º, inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O **CONTRATANTE** é responsável pela publicação deste Contrato e de seus Termos Aditivos, caso ocorram, no Diário Oficial da União.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro do Distrito Federal para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente **CONTRATO**, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília-DF, de de 2013.

HÉLIO BARBOSA DA SILVA

GILBERTO EZEQUIEL DA SILVA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: